



Rosa dos Ventos
ISSN: 2178-9061
rrvucs@gmail.com
Universidade de Caxias do Sul
Brasil

Para a História do Turismo na Ilha de São Miguel [Açores] – Notas sobre as Origens da Sociedade Terra Nostra

SILVA, SUSANA SERPA

Para a História do Turismo na Ilha de São Miguel [Açores] – Notas sobre as Origens da Sociedade Terra Nostra
Rosa dos Ventos, vol. 12, núm. 3, 2020
Universidade de Caxias do Sul, Brasil
Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473564441010>
DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i3p635>

Para a História do Turismo na Ilha de São Miguel [Açores] – Notas sobre as Origens da Sociedade Terra Nostra

To the History of Tourism in S. Miguel Island [Azores] – Notes about the Origins of Terra Nostra Society

SUSANA SERPA SILVA

Universidade dos Açores, Portugal

susanaserpasilva@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i3p635>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473564441010>

Recepção: 02 Janeiro 2020

Aprovação: 22 Março 2020

RESUMO:

Embora visitadas por muitos viajantes estrangeiros ao longo do século XIX, as ilhas dos Açores, em particular, S. Miguel, não conheciam o mesmo incremento do turismo que ocorreu na ilha da Madeira, em grande parte beneficiada pelas características do seu clima. Todavia, as preocupações com a actividade turística e com a necessidade de divulgar o arquipélago no exterior remontam a finais de oitocentos, conforme atestam a criação da Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses, fundada em 1898, ou o debate gerado, na imprensa, em torno da visita régia de 1901. A questão assumiria maior vitalidade já no século XX, sendo de ressaltar o papel da Sociedade Terra Nostra, fundada por Vasco Bensaúde e outras personalidades locais, na década de 1930. Doravante a família Bensaúde, de origem judaica, viria a desempenhar uma relevante intervenção na área do turismo pelo que, na presente comunicação, se pretende analisar o papel e a importância da Sociedade Terra Nostra para o desenvolvimento do turismo na ilha de S. Miguel [Açores], nos anos subsequentes à sua fundação.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Séculos XIX e XX, Sociedade Terra Nostra, Ilha de S. Miguel, Açores, Portugal.

ABSTRACT:

Although visited by many foreign travelers, throughout the 19th century, the Azores islands, in particular, S. Miguel, did not experience the same increase in tourism that occurred on Madeira island largely benefited by the characteristics of its climate. However, since the end of eight hundred years already noticed concerns about tourist activity and the need to disclose the Azores archipelago abroad, as attested the onset of Micaelense News Propagating Society in 1898 or the debate generated in the press about royal visit in 1901. The issue would take on greater vitality in the 20th century where stands out the role of *Terra Nostra* Society, founded by Vasco Bensaúde and other local personalities in the 1930s. From now on the Bensaúde family, of Jewish origin, would play an important role in this sector. In this communication we intend to analyze the role and importance of the *Terra Nostra* Society for the development of tourism on the island of S. Miguel (Azores) in the years following its foundation.

KEYWORDS: Tourism, 19th and 20th Centuries, *Terra Nostra* Society, S. Miguel island, Azores, Portugal.

NOTA INTRODUTÓRIA

Ainda que alguns autores façam remontar à Antiguidade as origens históricas do Turismo, consideramos que a evolução desta prática -- entendida como um movimento temporário de pessoas para locais externos aos seus lugares de residência e de trabalho, com fins recreativos (Ignarra, 2013) - é indissociável dos conceitos e das práticas de viliatura, de lazer e de viagens que emergiram ainda no século XVIII e se afirmaram nos séculos XIX e XX.

Para muitos autores, a consolidação da ideia e da prática de 'férias' e 'folgas' só se propagou, no pós-guerra, por volta dos anos 1950, graças a uma produtividade mais eficaz que deixou às pessoas 'tempo livre', propiciador de várias possibilidades, entre elas, a das viagens e do turismo (Poirier, 2006). Sendo certo que o fenómeno da massificação das viagens e do turismo corresponde à segunda metade do século XX, em nosso entender, as origens das férias e das actividades de natureza turística remontam, *strictu sensus*, ao século XIX, associadas às elites aristocratas e burguesas.

Se nos ativermos à teoria de Thorstein Veblen (1899), os ricos da sociedade oitocentista constituíam uma verdadeira classe ociosa, cujo estilo de vida era garantido pelas fortunas que acumulavam e faziam questão de exibir. A posse de casa no campo, a vivência dos rituais da *season* na grande capital obrigavam, por exemplo, as elites britânicas a constantes viagens entre o mundo rural e a cidade e a despender muito tempo entre o repouso rústico e tranquilizador e o cosmopolitismo agitado, repleto de eventos e lazeres. Além disso, a ânsia do contacto com a natureza e a moda dos banhos de mar ou termais incentivou o hábito das viagens com destino às estações balneares. Beneficiadas pelo desenvolvimento dos transportes e incentivadas pelos conselhos médicos, as elites francesas, desde os tempos do Império e da Restauração, desenvolveram novos tipos de sociabilidade e de lazer que se tornaram típicos da época estival (Silva, 1998; Margetson, 1969).

Assim, e como refere Anne Martin-Fugier (in Ariès & Duby, 1990) reportando-se à cidade de Paris, “os cidadinos com meios tornam-se ‘turistas’” (p. 231) durante o período de verão. A palavra *touriste*, enquanto sinónimo de viajante, data de 1816, mas foi o escritor Stendhal quem realmente a consolidou, em 1838, com a obra *Les Mémoires d'un Touriste*, considerando-se, então, como tal, aquele que viajava por “curiosidade ou ociosidade” (in Ariès & Duby, 1990, p. 231).

As viagens e o contacto com outros povos e realidades, conhecidos como o *Grand Tour*, passaram a fazer parte, com o seu papel iniciático e pedagógico, da educação própria dos jovens das famílias reais ou nobres (Corbin, 1995), mas, durante a segunda metade de oitocentos, acabou por se implantar, mesmo entre a classe média, a noção de férias “como uma mudança necessária de actividade e de género de vida” (Ariès & Duby, 1990, p. 232). Em Espanha, por exemplo, o incremento capitalista, o aumento da população urbana, a difusão das ideias higienistas e a abundância de recursos naturais favoreceram a expansão turística (Rodríguez, 2002). O repouso e os benefícios da natureza surgiam como uma contrapartida à civilização urbana e industrial e o tempo de férias ia-se tornando sinónimo de viagens, divertimento e descobertas.

Foram muitos aqueles que, por ‘curiosidade ou ociosidade’ visitaram, passaram ou ‘descobriram’ as ilhas dos Açores no século XIX, mas a história do turismo no arquipélago está praticamente por fazer. A única e honrosa excepção reside no livro da autoria de Ricardo M. Madruga da Costa, intitulado *Açores, Western Islands. Um contributo para o estudo do turismo nos Açores*, publicado na cidade da Horta, ilha do Faial, em 1989. Segundo o autor, esta obra nasceu de uma comunicação que apresentou no III Congresso Nacional de Turismo, integrado nas Comemorações do Jubileu do Turismo Português, por convite da comissão organizadora (Costa, 1989). O seu entusiasmo, porém, levou-o a publicar o livro e, mais tarde, a redigir a entrada ‘Sociedade Terra Nostra’ que integra a *Encyclopédia Açoriana*, disponível on-line e sob responsabilidade da Direcção Regional da Cultura (*vide* Referencias).

Acrescem alguns artigos, já publicados ou no prelo, sustentados na literatura de viagens que retrata o arquipélago açoriano, em especial, ao longo de oitocentos, mas também no século XX. Alguns trabalhos não só procuram analisar as obras e os viajantes, como, e sobretudo, o olhar destes forasteiros sobre as ilhas e as suas gentes. Mais recentemente, o CHAM Açores – núcleo da unidade de Investigação CHAM - Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores –, tem promovido a realização de eventos científicos, de âmbito regional, envolvendo os arquipélagos portugueses da Madeira e dos Açores, onde a problemática da História do Turismo tem vindo a ser aflorada, resultando em alguns artigos já publicados (*vide* Bibliografia).

Por conseguinte, no tocante a esta matéria há ainda muito por fazer e este pequeno e exploratório estudo pretende ser um contributo, ainda que incipiente e limitado, para uma história do turismo nos Açores, em especial, na ilha de S. Miguel, precisamente quando o incremento desta actividade se torna uma realidade, nos tempos actuais, constituindo mesmo uma aposta estratégica das políticas em vigor na região. Em primeiro lugar, recuaremos ao século XIX, procurando descortinar alguns dos mais antigos sinais da prática de turismo neste território insular, bem como as preocupações emergentes e atinentes à promoção deste sector. Em segundo lugar, e sem esquecer alguns acontecimentos históricos, com relevância também a nível turístico,

incidiremos na fundação da Sociedade Terra Nostra e nas consequências daí advenientes, de considerável importância para as ilhas, no século XX.

Com estes objectivos, adoptámos como metodologia a consulta e análise de bibliografia e de fontes, como literatura de viagens, em especial a obra dos irmãos Bullar [que visitaram os Açores em 1839], o trabalho de Lyman Weeks [que esteve na ilha de S. Miguel em 1881-1882] e o livro de Raul Brandão [que visitou as ilhas em 1924]. Acrescem diversos Estatutos das instituições ou empresas referenciadas, almanaque e, sobretudo, a imprensa. Neste particular, destacamos o jornal *O Açoriano Oriental* que, na edição de comemoração do seu centenário, publicou uma extensa reportagem sobre a Sociedade Terra Nostra, os seus fundadores e as suas iniciativas. De realçar que muitas delas ainda hoje subsistem, desempenhando um papel de relevo no sector do turismo micaelense. Casos emblemáticos são os do Hotel e do Parque Terra Nostra, na freguesia das Furnas, ilha de S. Miguel, que se revestem de características únicas e com valor reconhecido internacionalmente.

INDÍCIOS DA ACTIVIDADE TURÍSTICA NOS AÇORES NO SÉCULO XIX

Desde o século XVIII, e graças às alterações operadas pela Revolução Industrial e dos transportes, os Açores voltaram a desempenhar um relevante papel nas rotas oceânicas, servindo de escala frequente à navegação transatlântica. Daí por diante, a indústria baleeira e o comércio da laranja motivaram um avigoramento das relações com a América do Norte e a Inglaterra, respectivamente. Ao longo do século XIX não só se fixaram numerosos estrangeiros no arquipélago - desde judeus marroquinos a famílias britânicas e norte-americanas - como inúmeros viajantes aportavam às ilhas, em especial, marinheiros, negociantes, naturalistas, curiosos e turistas, sem esquecer alguns membros das famílias reais europeias, como o rei Leopoldo II, da Bélgica, ou o príncipe Alberto, do Mónaco.

Ora, são precisamente alguns destes viajantes que vão deixar relatos, narrativas, testemunhos, diários e outras publicações – configurando o que se designa por literatura de viagens (Fraga, 2011) –, que começam a chamar a atenção para as belezas e as potencialidades dos Açores. Além da diversidade da vegetação, da riqueza das paisagens naturais e do interesse dos fenómenos de origem vulcânica, quase todos os estrangeiros que visitaram as ilhas na centúria de oitocentos, salientaram as virtudes das suas águas termais. A localidade das Furnas, na ilha de S. Miguel, tornava-se, cada vez mais, ponto de paragem obrigatória para os visitantes ou veraneantes que enalteciam as propriedades das águas minerais e os benefícios obtidos com os banhos férreos e sulfúreos (Bullar, 1986; Weeks, 1958).

Porém, a escassez de infraestruturas essenciais aos viajantes, nomeadamente pensões e hotéis, também era sublinhada por aqueles que visitavam os Açores. Os irmãos ingleses Joseph e Henry Bullar, por exemplo, que estiveram no arquipélago em 1838/1839, não deixaram de referir que estas ilhas não possuíam ainda as mesmas comodidades para os visitantes, como sucedia na Madeira (p. 178). De facto, a ilha da Madeira beneficiava de um clima mais seco e ameno, que propiciou o designado ‘turismo de sanatório’, enquanto uma importante colónia britânica, que se instalara na ilha atraída pelo negócio vitivinícola, ajudara a implementar bons hotéis para acolhimento dos visitantes (Vieira, 2001).

Segundo dados publicados em 1899, por Félix Sotto-Mayor (1899), na ilha de S. Miguel, que era a maior, a mais populosa e desenvolvida do arquipélago, existiam “hotéis muito modestos, deixando ainda muito a desejar quanto ao luxo, elegância e conforto dos estabelecimentos modernos” (p. 21). Contudo, afirmava o autor, podia ter-se confiança no asseio dos quartos, dos alimentos e na probidade dos proprietários. Por outras palavras, os açorianos eram pessoas idóneas e recebiam os seus hóspedes com boas condições de higiene e de alimentação. Porém, a oferta era mesmo diminuta. Segundo a mesma fonte, na cidade de Ponta Delgada, na altura com 18.000 habitantes, existiam apenas três unidades hoteleiras: o Hotel Açoriano, na então Praça João Franco [junto à Câmara Municipal]; o Hotel Gusmão, na Rua dos Mercadores [artéria comercial, do lado sul da Igreja Matriz] e o Hotel Brown, situado na Rua do Beco, próximo das traseiras do palácio Fonte Bela (Sotto-Mayor, 1899). No resto da ilha, os viajantes ficavam alojados em pequenas hospedarias ou em

quartos particulares, constituindo uma excepção o Hotel Jerónimo, no Vale das Furnas, com as comodidades possíveis e justificadas pela atractividade e fama das águas termais.

Não obstante as dificuldades e limitações apontadas, ou talvez precisamente em resultados destas, no ano de 1898 foi criada a pioneira Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses, instituída oficialmente a 31 de Março de 1899, com a finalidade de promover a divulgação da ilha de S. Miguel, no continente e no estrangeiro, através da publicação de anúncios e da circulação de um Boletim noticioso, ilustrado, redigido em francês e inglês, para chegar ao Novo e ao Velho Mundo (*Estatutos da Sociedade...*, 1899). Como refere Madruga da Costa (1989), ainda que tenha tido um âmbito bem mais restrito, esta foi a primeira instituição portuguesa dedicada ao turismo, uma vez que antecedeu a Sociedade Propaganda de Portugal, instituída em Lisboa, a 28 de Fevereiro de 1906, com idêntica finalidade.

Fundada sob o alto patrocínio do Príncipe de Mónaco[i] e com estatutos aprovados por alvará do Governo Civil, datado de 16 de Maio de 1899, a Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses pretendia ainda facultar esclarecimentos necessários ao estudo da ilha, patrocinar iniciativas que promovessem a propaganda micaelense, advogar o desenvolvimento de melhoramentos públicos e garantir publicações, com fotografias, na imprensa nacional e internacional. Todas as publicações, conforme previam os estatutos, deviam ser “profusamente espalhadas” pelos Consulados, Agências de Carreiras de Vapores transoceânicos, pelas Companhias de Seguros e de Cabos Telegráficos, Almirantados, Grémios de Armadores e Carregadores de navios, Associações e Clubes Navais, Congressos de *Touristes*, Hotéis, Casinos, Clubes e Sociedades de Excursionistas, etc. (*Estatutos da Sociedade...*, 1899, p. 7).

Com propósitos bem explícitos de divulgação turística, esta agremiação, criada por intelectuais, proprietários e empresários micaelenses[ii], tinha ainda outros objectivos, de entre os quais salientamos a instalação de uma Biblioteca e Gabinete de Leitura, a promoção de conferências ou cursos de línguas e ciências que pudessem auxiliar todos aqueles “que se proponham seguir a carreira de Guias ou *Ciceroni*” e a atribuição de prémios aos artistas que melhores objectos apresentassem “para lembrança dos forasteiros que por aqui passem” (*Estatutos da Sociedade...*, 1899, p. 8). Assim, a Sociedade pretendia não apenas promover a ilha de S. Miguel junto de viajantes e turistas, como procurava contribuir para o enriquecimento da formação de guias turísticos e ainda fomentar a criação de objectos dos designados *souvenirs*.

Segundo testemunho de Eugénio Pacheco do Canto e Castro, um dos principais impulsionadores desta Sociedade, um contributo importante para a concretização da mesma resultara da vinda a S. Miguel, de um grupo de excursionistas, quase todos jornalistas de mérito – que ficaram conhecidos como os ‘Touristes do Albertville’ – que não só enalteceram as belezas naturais da ilha, como ajudaram a acelerar a visita do rei Leopoldo II, da Bélgica, uma vez que, entre aquele grupo, se encontrava o General Daelman, ajudante-de-campo do monarca. Leopoldo II chegou a 8 de Setembro de 1898, determinado a visitar a vista e a cratera das Sete Cidades (*O Preto no Branco*, 142, 15-09-1898).

Na segunda metade do século XIX, a moda das excursões mais arrojadas, com passeios às montanhas ou a vistas sobre paisagens grandiosas e inesquecíveis, viera contrastar com os itinerários calmos e serenos dos turistas da primeira metade da centúria. Daí o interesse do rei da Bélgica pela cratera e cumeeiras das Sete Cidades, bem como a crescente publicação, por toda a Europa, de guias turísticos com indicações de miradouros, panoramas e novos itinerários, mais exuberantes, e que a descoberta da fotografia ajudaria a perpetuar (Corbin, in Ariès & Duby, 1990). Por conseguinte, os propósitos da Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses atestavam o modernismo da iniciativa, não muito distante do espírito europeu da época.

Ao fim do primeiro ano, e apesar de algumas dificuldades financeiras, a Sociedade Propagadora prosseguia a sua actividade, pois era convicção dos seus sócios de que apenas com um trabalho contínuo e persistente seria possível obter resultados. Também para isto havia que alertar as autoridades para a necessidade de apoiar a iniciativa privada na criação de infra-estruturas (Costa, 1989).

No mesmo ano de 1899 era publicado, com autoria de Félix Sotto-Mayor [a quem já aludimos], um *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel, Ilustrado* e com o seguinte subtítulo: *Notícia corográfica e histórica*.

Informações gerais. Consulados. Correio e telegrafo. Distribuição do tempo. Excursões. Águas termais. Ponta Delgada. Furnas. Sete Cidades. Etc. etc. etc. Um aspecto muito interessante a salientar, além dos conteúdos e da finalidade da obra, em formato de bolso, fácil de transportar, resultava do facto de ser uma edição bilingue, escrita, portanto, em português e inglês. Tratava-se, pois, claramente de um moderno guia turístico, com informações sobre a história e o clima do arquipélago dos Açores, com notas geográficas e económicas sobre a ilha de S. Miguel e a cidade de Ponta Delgada, acrescidas de informações gerais e úteis a qualquer viajante: procedimentos alfandegários, moeda, agências bancárias, hotéis, fusos horários, comunicações marítimas, serviço de carruagens, hospital e farmácias, banhos, cafés, cervejarias e restaurantes, mercado, teatro, igrejas e clube, finalizando, entre outros, com a imprensa. Por último, sucedia-se a listagem de ‘excursões’ a realizar na ilha, divididas por dois tipos de itinerário: um para o viajante que apenas dispunha de algumas horas para visitar S. Miguel; outro para aqueles que previam demorar-se alguns dias, acrescido de sugestões de passeios ou visitas mais circunscritas, a determinadas localidades ou instituições (Sotto-Mayor, 1899).

Como referiu o estudioso Manuel Ferreira (2001), tanto a Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses, como o contemporâneo *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel*, revestiram-se de um considerável ineditismo, despertando a ilha de S. Miguel para o turismo, num “período áureo das grandes estâncias turísticas europeias, ao tempo em que a Estação Termal das Furnas já era considerada como uma das mais prodigiosas hidrópoles” (p. 480-481), de então. Note-se que, em Portugal continental, foi apenas em 1906 que surgiu a Sociedade Propaganda de Portugal, por iniciativa do jornalista e ferroviário Leonildo de Mendonça e Costa, a quem se juntaram algumas personalidades da vida pública portuguesa. Porém, esta agremiação só veio a conhecer maior impulso a partir de 1915 (Cunha, 2010).

Ainda segundo Manuel Ferreira - que, todavia, não refere as fontes em que se baseou - já em finais de oitocentos andariam pelos Açores alguns estrangeiros, estudando as possibilidades de negócio na área da hotelaria que, como já foi referido, era bastante deficitária: o inglês Power terá tentado, junto da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a concessão de terrenos junto ao Relvão, para a edificação de um hotel; dois outros cidadãos alemães terão igualmente diligenciado projectos de idêntica natureza, que se estenderiam à construção de um sanatório nas Furnas (Ferreira, 2001). Desconhece-se, porém, as razões do insucesso das tentativas.

Seja como for, as iniciativas assumidas por alguns micaelenses em finais da centúria, atestam uma inequívoca preocupação com a promoção turística da ilha e revelam também o espírito dinâmico e empreendedor que, ainda hoje, é reconhecido à elite social e intelectual micaelense de oitocentos. Já no século XX, alguns acontecimentos seriam ainda mais marcantes para o turismo local.

O SÉCULO XX E A FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE TERRA NOSTRA

Em 1901, um evento de relevo voltaria a concitar o enejo de conceder ao turismo, nos Açores, uma renovada atenção, bem como a possibilidade de alguns investimentos no sector. Tratou-se da visita régia de D. Carlos e D. Amélia que, além de se fazerem acompanhar de uma numerosa comitiva, trouxeram às ilhas diversos jornalistas, nacionais e estrangeiros, e até oficiais da marinha britânica e espanhola, cujas embarcações escoltaram a frota real. Além de todo o significado histórico e político de que se revestiu esta visita, a mesma representou uma autêntica ‘redescoberta’ dos Açores. O jornalista e intelectual micaelense Eugénio Pacheco, no rescaldo da viagem dos reis, comentou nas colunas do periódico *O Localista*:

A estas horas não são somente os cortesãos e os que falam da Ilha de S. Miguel, com entusiasmo [...]: - são os principais jornais de Lisboa e do Porto, e pode dizer-se que é o país em peso, que fixa sobre nós os seus olhares. A ilha, ainda há pouco desconhecida para os continentais é já agora objecto de discussões e não tardará muito que venha a ser um centro de vilaçatura procurado pela fama das suas águas e pelo encanto peregrino das suas paisagens (Silva, 2001, p. 25).

Assim, como se pode inferir, para Eugénio Pacheco - que pouco simpatizava com o regime monárquico - o maior benefício da visita régia assentava na oportunidade de divulgar os Açores, no continente, onde ainda eram profundamente desconhecidos. Por consequência, face à fama das águas termais e das belezas reencontradas, esperava que a ilha de S. Miguel se tornasse, a curto prazo, um centro de veraneio.

De resto, durante os preparativos da visita régia, que obrigou a enorme dispêndio por parte dos Governos Civis, muita da imprensa local clamava no sentido de se dar preferência a infra-estruturas duradouras e que servissem os interesses turísticos das ilhas. Em Ponta Delgada, exigia-se que os esforços empreendidos contribuíssem para suprir a escassez de hotéis, de modo a que se hospedessem, com conforto e dignidade, todos aqueles que iriam chegar à ilha. A abertura, a 26 de Junho, do novo Hotel Insular, no Largo de S. Pedro, por iniciativa de um grupo privado que recebeu, para o efeito, 1 conto de reis, afigurava-se manifestamente insuficiente. Eugénio Pacheco não se coibiu de criticar as autoridades locais, por lhes faltar inovadoras perspectivas de aproveitamento turístico, apelando a que algumas estruturas provisórias, criadas apenas para receber os reis [como o pavilhão construído na Vista do Rei, nas Sete Cidades] fossem transformadas em restaurantes destinados “aos nossos *touristes*” (in Silva, 2001, p. 28).

Se a visita régia terá tido, como consequência, uma temporária projecção dos Açores, sobretudo a nível nacional, a denominada Visita dos Intelectuais, em 1924, assumiria idêntica finalidade. Por iniciativa do jornal *Correio dos Açores* e do seu responsável, José Bruno Carreiro, um grupo de figuras notáveis da cultura e do jornalismo português, viajaram até às ilhas com o intuito de conecerem e divulgarem a realidade e as potencialidades insulares^[iii]. Do programa faziam parte récitas, conferências, banquetes e, como não podia deixar de ser, visitas de estudo e de lazer. Além do interesse da divulgação turística, esta visita visava chamar a atenção para as necessidades e aspirações açorianas, inscrevendo-se, assim, também, no movimento regionalista que se fazia sentir (Silva, 2010).

Havia que comprovar, através de vultos de insuspeita credibilidade, de craveira intelectual e projecção nacional, as dificuldades impostas pela insularidade, mas, por outro lado, as fontes de riqueza e de prosperidade com que a natureza dotara este arquipélago, que carecia de maior desenvolvimento e propaganda (Delfim, 2019). Pouco meses depois, por inícios de 1925, graças ao jornal *O Século*, com a colaboração de José Bruno Carreiro e do *Correio dos Açores*, realizou-se, em Lisboa, no salão nobre do Teatro Nacional, uma exposição de produtos açorianos que contou com a presença de inúmeros visitantes, entre eles o Presidente da República^[iv].

Em Ponta Delgada e, no mesmo ano de 1925, o *Almanaque Micaelense* dava conta de um ligeiro aumento do número de pequenos hotéis e de restaurantes, na cidade^[v], enriquecida também com uma nova casa de espectáculos. Em 1917 fora inaugurado o Coliseu Avenida, mantendo-se o Teatro Micaelense e o Salão Teatro Ideal, para além de outras pequenas salas existentes na Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Água de Pau e Furnas. Mas, ainda assim, muito havia a fazer quanto ao incremento e à dinamização da economia do turismo.

No país, apesar da criação de organismos estatais, destinados ao fomento do turismo durante a I República, com a Ditadura Militar registaram-se alguns retrocessos. Em 1929 foi criado o Conselho Nacional do Turismo e, no ano seguinte, a Comissão de Propaganda do Turismo de Portugal no Estrangeiro, mas estas iniciativas “não produziam os resultados esperados e o desenvolvimento turístico continuou a ser uma miragem” (Cunha, 2010, p. 139). Nos Açores, em Maio de 1932 - possivelmente na sequência de medidas descentralizadoras promovidas a nível nacional - as autoridades locais nomearam uma Comissão para estudar e propor medidas necessárias ao incremento do turismo na ilha de S. Miguel, da qual resultou a apresentação de um relatório, elaborado por Francisco Faria e Maia, que fazia recair as responsabilidades relativas ao sector sobre a Junta Geral do Distrito.

Segundo o referido relatório, dispondo este organismo de verbas necessárias, devia tomar as iniciativas e assumir o investimento na compra de jardins, na construção de hotéis, na criação de uma zona de jogo, na melhoria da rede viária e na edificação de um restaurante nas Sete Cidades. Estas seriam, pois, o que se

entendiam por prioridades, prevendo-se que se aparecessem empresas interessadas ser-lhes-iam cedidos os edifícios em troca do pagamento de uma indemnização (Enes cit. in Silva, 2010, p. 73). A falta de meios para garantir o investimento público no sector do turismo, deixaria à iniciativa privada micaelense as primeiras grandes medidas e concretizações materiais, nesta área. Daí, a enorme relevância da fundação da Sociedade Terra Nostra. De acordo com Ricardo Madruga da Costa (1989), esta sociedade

[...] e a acção que desenvolveria nos seus primeiros anos de existência, constitui um exemplo extraordinário de espírito empreendedor bem patente nas iniciativas a que deu corpo. Não se trata de enaltecer um conjunto de obras que ao longo do tempo assumiriam o papel de precursoras [...]; trata-se, antes de mais, de reconhecer a essas figuras pioneiras, saídas da elite micaelense [...], uma clarividência notável que ficaria reflectida de maneira eloquente no Programa a que a Sociedade [...] viria a dar corpo (p. 41).



FIGURAS 1 E 2
Vasco Bensaúde, diretor-delegado da Sociedade Terra Nostra.
Albano Pereira da Ponte - Membro da direcção da Sociedade.
O Açoriano Oriental, 5178, 18/04/1935.

Foi a 3 de Novembro de 1934 que nasceu a Sociedade Terra Nostra, formalizada por escritura datada de 23 de Dezembro de 1936. Tinha sede em Ponta Delgada e viria a ter um capital social de 6.780\$00 escudos[vi]. Entre os seus outorgantes e sócios fundadores contavam-se Vasco Bensaúde, na condição de sócio-gerente da empresa Bensaúde & Companhia, Lda., Albano Pereira da Ponte, Augusto Rebelo Arruda, Lúcio Agnelo Casimiro, Francisco Bicudo de Medeiros e Francisco Machado Faria e Maia. De salientar que Albano da Ponte já tinha sido um dos responsáveis pela Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses e que, muitos destes empresários, como Vasco Bensaúde ou Augusto Rebelo Arruda, virão, mais tarde, a fundar a Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos [Sata].

Nos termos do art.º 3º dos seus Estatutos, o principal objectivo era o de promover “o desenvolvimento e a propaganda da Ilha de S. Miguel, Açores” (Terra Nostra - Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. *Estatutos...*; Costa, 1989, p. 41). Entre as múltiplas iniciativas que deveriam dinamizar, contava-se a obtenção de apoios oficiais e extra-oficiais que concorressem para o fomento da ilha de S. Miguel; a protecção das paisagens micaelenses; a divulgação, em Portugal e no Estrangeiro, das belezas e riquezas naturais da ilha, através de concursos cinematográficos e fotográficos e da publicação de álbuns de propaganda, bem como a organização de exposições culturais e industriais e ainda a construção de hotéis, restaurantes e casinos. O seu programa foi, desde o início, arrojado e inovador.

Todavia, esta Sociedade incontornável na História do Turismo nos Açores, deu os seus primeiros passos em 1933, conforme anunciou o jornal *O Açoriano Oriental* (5096, 02-09-1933). Em artigo reproduzido do *Diário da Madeira*, dava conta da recente constituição da “empresa Terra Nostra” que visava encontrar soluções, compatíveis com o meio insular, para o “debatido problema do turismo” açoriano. Finalmente, afigurava-se que, na ilha de S. Miguel, o sector do turismo ia ser encarado a sério e ia entrar no “campo das realizações práticas”. Deste projecto, tido por grandioso, resultara já, em Agosto, a inauguração do Casino das Furnas, na antiga assembleia, profundamente remodelada para este efeito e, pelo mesmo período, a realização, também nas Furnas, de uma Exposição Comercial, Industrial e Agrícola.

Por consequência, sucede-se a publicitação de anúncios sobre um ‘magnífico week end’ proporcionado pela empresa Terra Nostra, a propósito da Exposição Industrial. Tratava-se de uma oportunidade única, sobretudo para aqueles que, devido à sua vida profissional, não podiam gozar férias. Por 60\$00, qualquer excursionista podia beneficiar de jantar no sábado, diária de domingo e dormida no Hotel Atlântico, bem como do acesso a festas nas salas e alameda do Casino e ainda da visita à Exposição, onde se habilitaria a um prémio no valor de 1.000\$00. Por 25\$00, o excursionista beneficiaria apenas das festas no Casino e do acesso à Exposição, habilitando-se, porém, ao mesmo prémio (*O Açoriano Oriental*, 5097, 09-09-1933). O êxito da Exposição Comercial, Industrial e Agrícola foi profusamente assinalado na imprensa micaelense, que fez eco das cerimónias de inauguração e de encerramento, do avultado número de visitantes e da diversidade de pavilhões que ali se ergueram, atestando o quanto já produzia a indústria micaelense (*O Açoriano Oriental*, 5095, 26-08-1933 e 5100, 30-09-1933).

Em Outubro de 1933, já estava garantida a entrada de Vasco Bensaúde[vii] para a dita Sociedade Terra Nostra, “com uma quota importantíssima, que permitirá a realização de obras de vulto, algumas das quais já se efectuaram como a compra do Atlântico Hotel, das Furnas, e outras se realizarão, como a compra também, segundo nos consta, do Central Hotel, desta cidade, e o arrendamento, a longo prazo, do Jardim do ‘Tanque’, nas Furnas” (*O Açoriano Oriental*, 5101, 07-10-1933).

A percepção da relevância da nova Sociedade na concretização do “grande sonho micaelense do turismo” motivou, em Janeiro de 1934, a consagração pública dos seus sócios fundadores, numa festa adjetivada de “popular, interessante e regionalista”, realizada no repleto Coliseu Avenida. O incessante desejo de desenvolvimento e afirmação da ilha de S. Miguel levava mesmo a rotular de “patriótica” a Sociedade Terra Nostra (*O Açoriano Oriental*, 5116, 27-01-1934) que, doravante, iria por de pé iniciativas de grande significado e consequências.

A 10 de Março de 1934 era inaugurado, ao Canto do Cais, o novo *Bureau* de Turismo, de Ponta Delgada, com vista a facultar informações e artigos regionais a quem visitava a ilha. O primeiro estabelecimento do género, surgira em Julho de 1933, por iniciativa da firma J. H. Ornelas & C.ª, dirigida por Augusto Arruda (*O Açoriano Oriental*, 5091, 29-07-1933), mas a Sociedade Terra Nostra viria a adquirir e a modernizar as suas instalações. O novo espaço, concebido pelo Eng. Manuel António de Vasconcelos, segundo as linhas de gosto modernista, ostentava na parede, do fundo, a tela *Os Emigrantes*, da autoria do pintor Domingos Rebelo, um mapa da ilha, em relevo, inúmeras fotografias e produtos regionais, divididos em duas montras (*O Açoriano Oriental*, 5123, 17-03-1934). A direcção do escritório ficou a cargo de Silva Júnior e foi notável a longevidade deste empreendimento.



FIGURA 5
Bureau de Turismo Terra Nostra
O Açoriano Oriental, 5123, 17/03/1934.

A 29 de Julho de 1934 seria a vez da inauguração da Pensão Terra Nostra, síta à Rua do Contador, em Ponta Delgada, e que contou com a presença das mais importantes autoridades e jornalistas. Tratava-se de um edifício de inspiração Arte Nova, dotado de modernas condições de conforto e equipado com 14 quartos. Tratou-se da primeira iniciativa destinada a “colmatar o problema da hospedagem condigna ao turismo que nos procurava” (*O Açoriano Oriental*, 5178, 18-04-1935). Em anúncio da imprensa, comprovava-se a existência de casas de banho em todos os andares e de água corrente, quente e fria, em todos os quartos de 1ª classe. As instalações tinham um jardim e *court* de ténis. A gerência foi atribuída a um estrangeiro [J. Wissman] e a direção da cozinha também: a um chef suíço (*Diário dos Açores*, 31-08-1934). Desde logo, foi considerada como uma “Pensão verdadeiramente modelar, que tem merecido os elogios de todos os seus hóspedes nacionais e estrangeiros pelo conforto e pelo bem-estar que ali desfrutam” (*O Açoriano Oriental*, 5178, 18-04-1935).



FIGURA 4
A Pensão Terra Nostra
(edifício que ainda hoje existe na Rua do Contador – Ponta Delgada).
O Açoriano Oriental, 5178, 18 /04/1935.

Mas, o maior empreendimento da Sociedade Terra Nostra foi, sem dúvida, o Hotel, do mesmo nome, construído no vale das Furnas e inaugurado a 20 de Abril de 1935. Dotado de 40 quartos, apresentava um notável desenho modernista, de inspiração *Art Deco*, da autoria do engenheiro Manuel António de Vasconcelos. Tratava-se de um edifício “de longa varanda aberta sobre a rua, apresentava esplêndido uso de madeira aparente e ferros cromados, quer nos salões e ‘foyers’, quer nas escadas e quartos — com destaque para os três ‘aposentos de luxo’, as suites denominadas ‘Hortênsia, Azálea e Camélia’” (Fernandes, 2008, p.115).



FIGURA 5
A fachada do Hotel Terra Nostra
(vista da alameda do Casino) na altura da sua inauguração.
O Açoriano Oriental, 5178, 18 /04/1935.

Este avultado investimento representou para uma ampla geração de micaelenses, o reconhecimento, por parte da Sociedade Terra Nostra, do valor, interesse e riqueza do vale das Furnas, propício ao turismo termal e de repouso. Havia que atrair uma corrente de turismo nacional e estrangeiro, na modalidade ‘excursionista’, que pudesse desfrutar dos benefícios desta localidade e também de um luxuoso, confortável e moderno hotel, enquadrado por um parque natural, de características únicas. Considerado com o símbolo maior da vitalidade

da Sociedade, o Hotel Terra Nostra impunha-se como uma auspíciosa promessa: “Pela sua construção, pelas suas acomodações, pelo seu mobiliário, pelo seu serviço, por tudo, em suma, não será por certo exagerado dizer-se que este hotel fica sendo um dos melhores de Portugal” (*O Açoriano Oriental*, 5178, 18-04-1935).

Em 1937, a remodelação do Casino, em frente e a compra do Parque, então melhorado no espaço em redor da grandiosa piscina, consolidaram o projecto *Terra Nostra*, nas Furnas. Todo este conjunto de infra-estruturas contribuiu, nas palavras de José Manuel Fernandes, “para o lançamento de um primeiro ‘ciclo de turismo’ de cariz moderno, nas ilhas” (Fernandes, 2008, p. 131). Foi igualmente o engenheiro Vasconcelos o autor de inúmeros cartazes e folhetos de propaganda turística, bem como dos pavilhões da Exposição Industrial das Furnas, realizada em 1933 (Fernandes, 2008).

O Parque Terra Nostra - ainda hoje uma referência entre os jardins históricos e culturais da ilha de S. Miguel --- representou, desde então, um espaço de fruição e lazer e um atractivo turístico notável, consolidando a excepcional imagem que os jardins micaelenses propiciavam aos viajantes, desde o século XIX. Já em 1893, Gabriel d’Almeida publicara uma *Agenda do Viajante na Ilha de S. Miguel*, onde destacava os jardins como parte da oferta turística da ilha e, em especial, da cidade de Ponta Delgada. Não sendo o motivo principal da visita aos Açores, os jardins, enquanto espaços de colecionismo botânico e de lazer, mereceram sempre especial atenção de naturalistas e viajantes (Albergaria, 2016), como o escritor Raul Brandão que, em 1924, ao visitar a ilha de S. Miguel enalteceu, igualmente, os jardins de Jácome Correia, António Borges e José do Canto, grandes proprietários micaelenses, residentes naquela cidade (Brandão, 2001: 137-138), bem como os parques das Furnas, entre eles o futuro Terra Nostra, então conhecido como Marquês da Praia, em alusão ao seu anterior proprietário (Brandão, 2001).

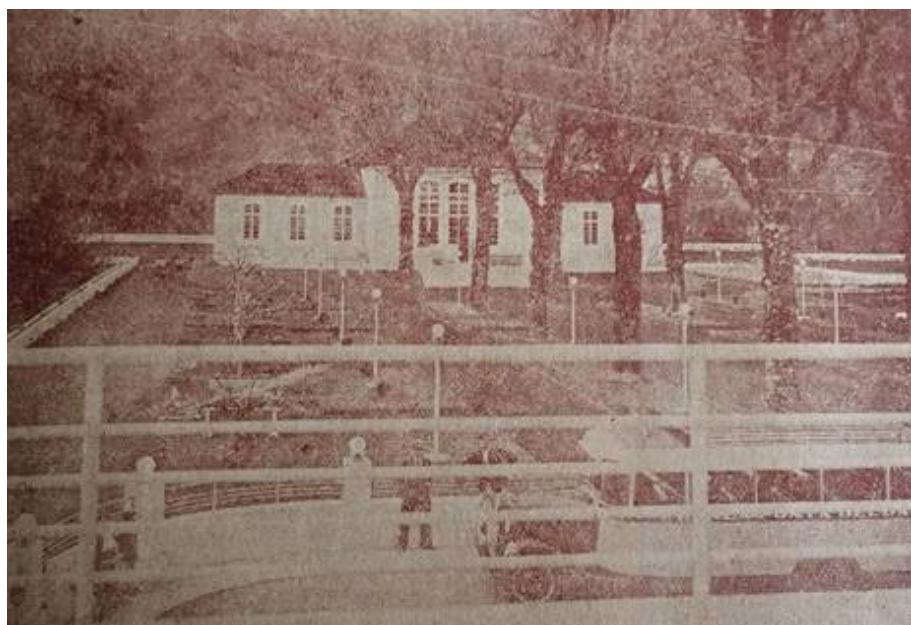


FIGURA 6

O Casino Terra Nostra fotografado da varanda do Hotel inaugurado a 12 de Agosto de 1933
O Açoriano Oriental, 5178, 18/04/1935.

Ainda no ano da inauguração do Hotel, a Sociedade abriu, em Ponta Delgada, a Casa Regional, concebida por Bernardo Leite de Ataíde e com o intuito de “valorizar e intensificar as nossas indústrias domésticas de gosto popular e tradicionalista” (*O Açoriano Oriental*, 5178, 18-04-1935). Numa linguagem mais actual, destinava-se a promover, junto dos visitantes e turistas, o artesanato local. Mais consentânea com a designada animação turística foi a inauguração, em 1939, do Campo de Golfe das Furnas.

Se a II Guerra Mundial veio impor grandes dificuldades e restrições, em particular, ao sector turístico, ainda assim em 1951, a Sociedade, já com outros membros, estenderia a sua intervenção à ilha de Santa Maria, com a abertura de um novo e amplo hotel, na zona do aeroporto internacional.

O Hotel Terra Nostra de Santa Maria foi obra iniciada pelos americanos que contribuíram e se serviram do Aeroporto durante a guerra, e importantemente ampliado e modificado pela Sociedade Terra Nostra, que em tais obras e nas do elegante e amplo Bar-Restaurante [...] do Terminal, que serve o movimento da aerogare, despendeu a volumosa verba de cerca de 10 mil contos (Madeira-Açores, 1951, p.18).

De acordo com Ricardo Madruga da Costa, apesar de inúmeras diligências, as entidades oficiais pouco ou nada terão contribuído para os esforços da Sociedade Terra Nostra que, em todos os seus projectos, contou, sobretudo, com as “próprias forças e recursos” (Costa, 1989, p. 42). A visão e a competência dos seus fundadores não terá sido devidamente acompanhada, naquele tempo, ainda que, logo em 1935, a Sociedade Terra Nostra tenha sido convidada a fazer-se representar no I Congresso Nacional de Turismo, que se realizou, no ano seguinte, em Lisboa. Uma das preocupações, que terá motivado este convite, prendia-se, precisamente, com o facto, reconhecido pelo Conde Penha Garcia, de que a organização do turismo, em Portugal, não correspondia às exigências da vida moderna, nem integrava, num plano comum, todos os elementos nacionais interessados no sector (Cunha, 2010).

Os membros da direcção da Sociedade decidiram então apresentar um trabalho - diga-se, de grande mérito - que focasse o que consideravam ser, por um lado, os requisitos essenciais para a eficácia da acção oficial relativamente a um plano de conjunto do turismo português e, por outro, as condições turísticas da ilha de S. Miguel, de modo a garantir-lhe a classificação oficial de *zona de turismo*, a integrar no plano geral do país (*Ilha de S. Miguel*..., 1935).

O estudo partiu do princípio da enorme relevância do turismo, devido aos seus resultados económicos e de que Portugal, pela sua posição geográfica e condições gerais, tinha capacidade de se tornar superavitário neste sector. Distinguindo o *turismo desportivo* [alpinismo], do *turismo luxuoso*, próprio dos grandes milionários, em busca de requinte e prazer, destacou o *turismo de trânsito* e o *de cura e repouso* que, entendiam ser, os mais favoráveis e com mais potencialidades para Portugal. Atendendo à situação do país, na P. Ibérica, e considerando o incremento da moda das excursões e dos cruzeiros fomentados pelas Companhias de Navegação, a fim de compensar a diminuição do número de passageiros ordinários, a direcção da Sociedade Terra Nostra defendia que Portugal devia aproveitar a utilidade imediata deste turismo transitório e, através de uma boa organização e inteligente propaganda, transformá-lo num turismo mais demorado ou de permanência, bastante mais rentável e associado à cura e ao repouso. Se o país gozava da segurança dos seus portos, de uma história grandiosa reflectida em muitos dos seus monumentos e museus, acrescidos de inúmeras festas populares, de uma maravilhosa paisagem e excelente clima - tudo favorável ao desenvolvimento da indústria turística - a riqueza das águas medicinais e das praias, também não podia ser descurada devido, precisamente, às suas aplicações terapêuticas (*Ilha de S. Miguel*..., 1935).

A este nível, as ilhas tinham de ser consideradas *zonas de turismo*, dotadas dos seus elementos oficiais, com Comissões de Iniciativa e Sociedades Turísticas, responsáveis pelos planos regionais, devidamente aprovados pelo organismo superior de turismo, dotado de receitas próprias de modo a poder exercer uma influência directa sobre dois elementos considerados essenciais ao turismo: boas estradas e bons hotéis (*Ilha de S. Miguel*..., 1935). Neste contexto, proposto pela direcção da Sociedade, a ilha de S. Miguel devia constituir uma zona de turismo, especialmente *de cura e de repouso*, sustentada, sobretudo, na prodigalidade das suas belezas naturais, na espectacularidade do seu vulcanismo e na riqueza das águas minero-medicinais, reconhecida por inúmeros cientistas e afamada em toda a Europa (*Ilha de S. Miguel*..., 1935).

Em múltiplos aspectos, é de sublinhar a clarividência e a visão prospectiva da proposta da Sociedade Terra Nostra que, escrita em 1935, se reveste de uma grande actualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em finais do século XIX e inícios do século XX, os Açores apresentavam um manifesto atraso no âmbito do sector turístico, quando comparados com os arquipélagos vizinhos da Madeira ou das Canárias. O desconhecimento das ilhas, a escassez de infra-estruturas, nomeadamente hotéis, restaurantes e estradas, as dificuldades a nível de transportes, foram alguns dos factores que justificaram esse atraso, motivado, ainda, pelo reduzido investimento estrangeiro, ao contrário do que acontecia entre as sociedades madeirense e canarina.

Paradoxalmente, algumas iniciativas pioneiras a nível nacional, no domínio da promoção e da dinamização do turismo, tiveram lugar na ilha açoriana de S. Miguel, uma vez que, entre alguns empreendedores locais, há muito despontara o ‘sonho do turismo’, alimentado pela consciência das potencialidades da ilha. Referimo-nos, em particular, à fundação da Sociedade Propagadora de Notícias Micaelenses, em 1899 e à criação da Sociedade Terra Nostra, em 1933. Ambas se deveram ao dinamismo de uma elite social e económica micaelenses, imbuída de um espírito verdadeiramente regionalista e cujo engenho terá sido aguçado pelas limitações e dificuldades sentidas. A Sociedade Terra Nostra, cujos sócios fundadores eram dotados de uma ampla visão e experiência internacional, foi um exemplo de esforço da iniciativa privada, cujo sucesso se deveu à coerência do seu programa, realizado em função da realidade local e, por isso, com consequências marcantes até aos nossos dias.

Hoje, as ilhas dos Açores já evidenciam um considerável incremento da actividade turística, graças ao aumento do número de voos, propiciado pelas operações de companhias aéreas estrangeiras, em virtude de programas de divulgação e informação e de estratégias do próprio governo regional, mas nunca se pode deixar de valorizar a acção dos referidos antepassados, desde logo pela sobrevivência do emblemático Hotel Terra Nostra, na localidade das Furnas. Importa, isso sim, associar a um turismo de natureza que caracteriza estas ilhas, o turismo cultural, atendendo à riqueza e diversidade do património histórico, edificado, gastronómico, religioso e imaterial que o arquipélago mantém.

REFERENCIAS

- Albergaria, I. S. de (2016). Turismo de Jardins na Madeira e nos Açores: da dimensão histórica à situação atual. In Duarte Nuno Chaves (coord.), *Açores e Madeira. Percursos de Memória e Identidade*, pp. 187-207. Velas: Santa Casa da Misericórdia das Velas. Link
- Ariès, P. & Duby, G. (dir.) (1990). *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Grande Guerra*. Porto: Afrontamento.
- Corbin, A. (1995). *História dos Tempos Livres*. Lisboa: Teorema.
- Costa, R. M. M. da (1989). *Açores - Western Islands. Um contributo para o estudo do turismo nos Açores*, Horta, Secretaria Regional do Turismo e Ambiente / Direcção Regional do Turismo.
- Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do Turismo em Portugal: os Primórdios. *Fluxos & Riscos*, 1, 127-149. Link
- Delfim, G. (2019). Visita dos intelectuais aos Açores em 1924. A promoção turística da Ilha de S. Miguel. In Duarte Nuno Chaves (coord.), *Memória e Identidade Insular. Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores*. pp. 299-307. Ponta Delgada e Velas: CHAM – Centro de Humanidades, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, Santa Casa da Misericórdia das Velas, S. Jorge. Link
- Dias, F. S. (2001). Os Estrangeiros nos Açores. In Portos, Escalas e Ilhéus no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente. *Actas... Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*, Universidade dos Açores, CNCDP, pp. 459-491.
- Encyclopédia Açoriana* (s.d.). Centro do Conhecimento dos Açores, Direcção Regional da Cultura. Link
- Fernandes, J. M. (2008). *História Ilustrada da Arquitectura nos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.

- Ferreira, M. (2001). *Homens, Sombras e Estrelas*. Depoimentos e Reportagens. Ponta Delgada: Nova Gráfica.
- Fraga, M. do C. (2011). Literatura de Viagens: quando nós somos o outro. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20.
- Ignarra, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Leite, J. E. C. (1991). *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*. Antologia. Ponta Delgada: Signo.
- Madeira - Açores (1951, 30 jun.). *Revista*, 2, Funchal: Tip. Madeira Gráfica.
- Margetson, S. (1969). *Leisure & Pleasure in the 19th Century*. London: Cassel.
- Mendonça, D. M. B. (2011). Um olhar americano sobre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge no século XIX. In O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. *Actas...* V Colóquio, Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Poirier, J. (2006). *História dos Costumes*. O Reino Humano. Lisboa: Estampa.
- Riley, C. G., Silva, L. S. Da & Costa, R. M. M. da (2013). *Um Observador Observado*. Silas Weston, Visit to a Volcano, or What I saw at the Western Islands. Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- Rodríguez, C. L. (2002). El Turismo en la España del siglo XI. In *Historia Contemporanea*, 25, 157-179. Link
- Silva, S. S. (2001). Achetas para outras leituras da Visita Régia ao Arquipélago dos Açores. Separata da Revista *Insulana*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Silva, S. S. (2015). As Ilhas do Faial e do Pico vistas, no século XIX, por viajantes estrangeiros, Separata de O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. *Actas...* VI Colóquio, Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- Silva, S. S. (2009). Em torno da Visita Régia de 1901 aos Arquipélagos da Madeira e dos Açores. Separata Revista *Arquipélago-História*, 13(2^a Série). Link
- Silva, S. S. (1998). Luxo, Riqueza e Distinção: a vida quotidiana das elites sociais oitocentistas, Separata *Revista Arquipélago-Ciências Sociais*, 11-12.
- Silva, S. S. (2010). *Ponta Delgada*. Roteiros Repúblicos. Matosinhos: Quidnovi.
- Vieira, A. (coord.) (2001). *História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional da Educação.

NOTAS

- FONTES** Açoriano Oriental (O), jornal semanário, S. Miguel. Açores, 1933 a 1935.
 Almanaque Micaelense, Ilustrado-Noticioso, Literário e Anunciador, 1º Ano, ed. e coord. de Manuel Ferreira de Almeida, S. Miguel-Açores, Of. de O Açoriano Oriental, 1925.
 Almeida, Gabriel d', Agenda do Viajante na Ilha de S. Miguel, Ponta Delgada, Typ. Editora do Campeão popular, 1893.
 Bullar, J. e H. (1986), Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas, 2^a edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada [ed. original: 1839].
 Brandão, R. (2001), As Ilhas Desconhecidas. Notas e paisagens, Lisboa, Frenesi [edição original: 1926].
 Estatutos da Sociedade Propagadora de Notícias Michaelenses fundada sob o Alto Patrocínio de S.A.S. o Príncipe de Mónaco, Ponta Delgada, Tipografia Ferreira & C.^a, 1899.
 Ilha de S. Miguel, terra de turismo. Tese a apresentar ao Congresso Nacional de Turismo, a reunir em Lisboa em 1935, pela Direcção da Sociedade Terra Nostra, S. Miguel - Ilha Verde, 1935.
 Preto no Branco (O), jornal semanário, S. Miguel, Açores, 1898.
 Sotto-Mayor, F. (1899), Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel / Traveller's Guide to St. Michael's. Ilustrado, Ponta Delgada, Evaristo Ferreira Travassos Editor.
 "Terra Nostra" – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Estatutos, Lisboa, Verol & C.^a, Livraria, Papelaria, Tipografia e Encadernação, 1937.
 Weeks, Lyman (1958), "Nos Açores", tradução de João Anglin, in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XIV, 1.^o sem., 1958, pp. 83-124; Idem, vol. XIV, 2.^o sem., 1958, pp. 235-324; Idem, vol. XV, 1.^o sem., 1959, pp. 49-91 (ed. original: 1882).
 [i]O Príncipe do Mónaco era um profundo conhecedor dos Açores, por via das suas explorações oceanográficas e interesse pela meteorologia, tendo sido este patrocínio obtido por intermédio do também meteorologista Coronel Francisco Afonso de Chaves (Ferreira 2001: 490).

[ii]Entre os signatários estavam Ernesto do Canto, Eugénio Pacheco do Canto e Castro, Albano Pereira da Ponte, Evaristo Ferreira Travassos, Francisco Afonso de Chaves, Jacinto d'Andrade Albuquerque, João de Mello Abreu, Bruno Tavares Carreiro, José de Medeiros Cogumbreiro, Clemente Joaquim da Costa, Salomão Delmar e muitos outros.

[iii]Integravam o grupo: o conselheiro Luís de Magalhães, o advogado e professor da Faculdade de Direito, Armindo Monteiro; D. Luís de Castro, Conde de Nova Goa, professor do Instituto Superior de Agronomia; D. Manuel de Bragança, engenheiro agrónomo e professor do Instituto Superior de Agronomia; o etnógrafo, filólogo e professor da Faculdade de Letras de Lisboa, José Leite de Vasconcelos; o escultor Teixeira Lopes; os escritores Antero de Figueiredo e Henrique Trindade Coelho e o professor do Conservatório Nacional, Joaquim Manso. Jornalistas do *Diário de Notícias*, de *O Século* e da *Época* completavam o grupo (Ferreira 2001: 292-293).

[iv]Os principais produtos expostos foram o açúcar, tabaco, cerveja e vinhos, ananases, lacticínios, chá e águas minerais, cerâmica e madeiras, artesanato, tecidos de linho, tapeçaria e cordoaria (Ferreira , 2001: 294).

[v]Entre os hotéis e restaurantes, contavam-se: o Éden Clube, na Rua do Aljube; o Grande Hotel, na Praça 5 de Outubro; a Pensão Central na Rua António Joaquim Nunes da Silva; o Hotel Brown, na Rua do Beco; o Hotel Simões, na Rua Açoriano Oriental; o Hotel-Restaurante Atlântico, na Rua Hintze Ribeiro e o Hotel Universal, na Rua Manuel da Ponte. Cf. *Almanaque Micaelense*, 1925.

[vi]“Terra Nostra” – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. ESTATUTOS, Cf. Lisboa, Verol & C.^a, Livraria, Papelaria, Tipografia e Encadernação, 1937.

[vii]Capitalista e filantropo, herdou uma grande parte da fortuna familiar e foi um importante empresário, com uma visão estratégica para o turismo micaelense. Filho do Eng. Joaquim Bensaúde, foi educado em Inglaterra e passou grandes temporadas em Paris, onde casou. *Encyclopédia Açoriana* Link